



A COOPERAÇÃO DE DEFESA E SEGURANÇA DOS PAÍSES NÃO-ALINHADOS

Anton Alex Bebler

O autor faz uma análise crítica dos propósitos e realidades da cooperação entre os países não-alinhados quanto à segurança e à defesa, nos seus diversos níveis.

A matéria fornece ao leitor, uma visão panorâmica das relações internacionais no complexo mundo em que vivemos.

O não-alinhamento foi iniciado pela Índia, Egito e Iugoslávia (Brioni, 1956) e inaugurado (Belgrado, 1961) como um movimento de oposição aos blocos políticos-militares liderados pelas grandes potências desenvolvidas.

Em um sentido positivo, os países não-alinhados defendem a aplicação universal da coexistência ativa e pacífica nas relações internacionais.

Além desse objetivo geral, o programa político do movimento inclui, também, liberdade e independência dos povos e das nações (daí surgindo uma posição de defesa e ajuda à luta anticolonialista e aos movimentos nacionais de libertação), paz mundial e segurança equivalente para todas as nações, alívio das tensões entre os países, "democratização das relações internacionais", desarmamento

e controle de armas, cooperação geral e idêntica, desenvolvimento econômico e progresso.

As atividades do movimento tiveram, desde os seus primeiros dias, uma dimensão geral política e diplomática, com claras implicações na área de defesa e segurança. O campo das atividades alargou-se com o tempo e passou a incluir, também, economia, comunicação/informação e cultura.

A nível dos programas em vigor adotados pelos países participantes, o não-alinhamento foi, desde o princípio, visto como abrangendo a não participação em blocos político-militares liderados pelas grandes potências. Para os três históricos "pais fundadores" J. Nehru, G. A. Nasser e J. Broz Tito, isso significava a não-aceitação de algumas formas de cooperação de defesa com as grandes potências e com outros membros do bloco. Desde 1961, esse princípio vem sendo aplicado com relação à OTAN, ao Pacto de Varsóvia e aos países membros. O encontro de 1973 rejeitou especificamente "as alianças militares criadas como forma de competição entre as grandes potências" e ordenou a desmontagem das bases militares com tal função (Declaração de Argel, art. 21).

Essa formulação restrita permitiu, implicitamente, a continuação e, mesmo, o fortaleci-

mento de vários laços militares de segurança entre países não-alinhados, bem como de outros membros do bloco não diretamente ligados à competição entre as grandes potências, tais como:

- associações a organizações de segurança regionais da qual também faça parte uma grande potência (por exemplo, o pacto Rio de Janeiro com a participação dos Estados Unidos). Nesse pacto, as nações comprometiam-se a defender conjuntamente o hemisfério oeste;

- acordos de defesa bilateral e multilateral e garantias mútuas de segurança;

- presença de bases militares e outras instalações de propriedade e/ou utilização das grandes potências em território de países não-alinhados;

- presença de pessoal militar e de segurança das grandes potências e de outros membros do bloco;

- exercícios militares conjuntos.

- profunda e unilateral sujeição às grandes potências e aos outros membros do bloco, quanto à aquisição de armas, tecnologia militar, produção de defesa e treinamento de pessoal militar e de segurança;

- doutrinas de guerra que exigem ou implicam em uma estreita cooperação de defesa com uma determinada potência ou bloco.

Na prática, verificou-se ser difícil traçar uma linha distinta entre essas atividades e os requisitos essenciais de não-participação em blocos militares comandados pelas grandes potências. Devido a uma série de razões, incluindo-se o oportunismo, o movimento considerou conveniente tolerar inúmeros casos de transgressão real ou potencial de regras imprecisas, transgressões de diferente duração, magnitude e com circunstâncias atenuantes variadas (ex. Cuba, Vietnã, Egito, Síria, Líbia, Etiópia, Somália, Chipre, Malta, etc.). A tolerância de transgressões a nível dos programas internacionais em vigor tornou alguns países não-alinhados quase indistinguíveis dos outros países, incluindo-se pequenos membros do bloco.

O movimento de não-alinhamento cresceu em tamanho, de 25 países, em 1961, para 101 membros oficiais e outros 10 potenciais no último encontro de cúpula em Harare, Zimbábue (1 a 6 de setembro, 1986). Esses países não demonstraram nenhuma inclinação sensível de criar blocos político-militares próprios, embora, em diversas etapas, alguns membros radicais tenham levantado propostas que poderiam levar a essa direção.

Os países não-alinhados constituem um grupo numericamente grande, mas geográfica-

mente disperso, e são altamente heterogêneos no tocante a tamanho, riqueza, sistemas políticos, econômicos e sociais, ideologias, culturas, poder militar, ambições internacionais, etc. A circulação de bens, pessoal e informação entre eles, ainda é muito fraca para promover laços políticos mais íntimos, a despeito de todas as declarações. Permanece portanto um movimento policêntrico sem um poder de liderança. A Índia, decididamente o maior país não-alinhado, não demonstra nem capacidade ou aparente inclinação de assumir um papel de hegemonia. Em diversas ocasiões os líderes indianos agiram internacionalmente por conta própria e cooperaram politicamente com países fora do movimento. Por conseguinte, não existem precondições tecnológicas, logísticas, econômicas ou políticas para a integração de defesa dos países não-alinhados, mesmo que tal desejo (atualmente inexistente) viesse a surgir, de repente, algum dia. Mas, por outro lado, os países não-alinhados têm estado envolvidos em várias formas de cooperação de defesa e segurança entre eles mesmos e com países alheios ao movimento.

Podemos empregar, pelo menos, duas diferentes abordagens e vários padrões de comparação, para analisar a cooperação de defesa e segurança

dos países não-alinhados. Diferentemente das áreas econômicas e políticas, existem muito poucos documentos públicos e declarações que desenvolvam tal cooperação. Entretanto, na área de defesa e segurança parece existir, também, uma correlação inversa entre a intensidade de atividades normativas e resultados concretos. Laços militares bilaterais e multilaterais de vários países não-alinhados com as grandes potências e outros membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia têm sido mantidos e mesmo expandidos em algumas áreas.

A presença de bases militares estrangeiras em território de países não-alinhados ainda não foi, em muitos casos, eliminada¹ e, em outros, só trocou de mãos, passando de um país para outro. Os países não-alinhados têm sido particularmente malsucedidos na presença e cessação de conflitos armados e de guerras entre eles mesmos, e na prevenção e censura em caso de agressões entre nações vizinhas, ocupação de seus territórios, flagrante interferência em assuntos internos de outras nações soberanas, violações das normas da lei humanitária internacional (uso de armas químicas², tratamento desumano aos prisioneiros de guerra, ataques militares desnecessários sobre a população civil, ataques militares a embarca-

ções civis em águas internacionais, etc.).

Muitos países não-alinhados não reconhecem o direito de autonomia das nações e dos povos dentro de suas fronteiras. Ao reprimir movimentos internos pela emancipação nacional, cultural, racial, religiosa, ou outra semelhante, muitos desses países violaram, flagrantemente, em uma série de ocasiões, as normas da lei humanitária internacional. Todas essas formas de conduta internacional por países não-alinhados individuais já vêm ocorrendo há décadas, embora eles violem os princípios básicos proclamados pelo movimento de não-alinhamento, contradigam seus numerosos documentos e empreendimentos, assim como abalem a credibilidade do discurso dos países não-alinhados frente ao resto do mundo. A última reunião de cúpula reconheceu e lamentou numa atitude de auto-crítica, "o abalo do papel e dos esforços dos países não-alinhados pelo fortalecimento da paz e da segurança internacional" como resultado dos fenômenos negativos de seu próprio comportamento (art. 283). Além disso, não existe nenhuma clara indicação do quão profundamente o princípio do não-alinhamento foi internalizado pelas nações, influenciando assim o comportamento de defesa e segurança

dos governos por ele representados.

Por outro lado, tem havido, de fato, uma maior cooperação de defesa entre países individuais não-alinhados e entre vários grupos de nações (próximo ao nordeste da África, abaixo da região do Saara, sul e sudeste da Ásia) do que jamais fora declarado pelo movimento de não-alinhamento. A total intensidade e eficácia dessa cooperação, em termos absolutos e relativos, não tem sido alta, mas essa avaliação global generaliza sobre um registro que inclui casos e segmentos com um desempenho satisfatório, ou mesmo bom. Ao tentarmos descrever e analisar a cooperação de defesa e segurança entre os países não-alinhados, devemos avançar em ordem decrescente, do nível de segurança global, ao nível dos países individuais.

O nível de segurança global

Coerente com suas diversas declarações, o movimento de não-alinhamento continua a defender a criação de um sistema (ainda inexistente) de segurança internacional, fortalecendo seus elementos atuais, dentro e fora da estrutura da ONU. O último encontro dos países não-alinhados confirmou a contínua devoção aos princípios e objetivos das Nações Unidas e à vitalidade da organização. Os

países não-alinhados foram bastante eficientes em iniciar, reunir e co-dirigir as duas sessões especiais da Assembléia Geral da ONU quanto ao desarmamento, em reformar todo o mecanismo da ONU nessa área, em insistir por um progresso real na eliminação ou, pelo menos, redução do perigo de um holocausto nuclear, em convocar várias outras importantes reuniões internacionais, etc. O movimento de não-alinhamento vem sendo particularmente eloquente e atuante ao condenar a corrida armamentista de armas de destruição em massa. Essa posição foi fundamental no "Programa Amplo de Desarmamento" defendido pelos não-alinhados, na segunda sessão especial da Assembléia Geral da ONU sobre o desarmamento.

A cooperação entre os países não-alinhados, nesses e em outros esforços semelhantes têm sido predominantemente organizacional e diplomática. Ela ocasionou poucos resultados positivos concretos que pudessem ser realisticamente atribuídos apenas aos não-alinhados. O mecanismo modificado da ONU na área do desarmamento ofereceu, aos países não-alinhados, e a muitos outros, maiores possibilidades de manifestar suas opiniões e preocupações, mas não trouxe nenhuma solução verdadeira. Pelo contrário, o período imediata-

mente seguinte à modificação presenciou um declínio abrupto nas negociações reais das medidas do controle armamentista. Desacordos entre importantes países não-alinhados como, por exemplo, na questão do banimento do teste nuclear completo, reduziu a eficácia do movimento nas transações internacionais e, até mesmo, em decisões de menor importância.

Por outro lado, a contribuição real dos países não-alinhados à segurança global vem incluindo também elementos negativos, ou no melhor dos casos, questionáveis. Os países em desenvolvimento, e entre eles muitos países não-alinhados, vêm sendo, por mais de uma década, território exclusivo de guerras locais no nosso mundo. Entre todos os conflitos armados contemporâneos, o número de guerras coloniais, neo-coloniais e intervencionistas no 3º mundo patrocinadas pelos países industrialmente desenvolvidos decaiu notadamente, e a distribuição de intervenções armadas dos países socialistas tornou-se maior. Ao mesmo tempo, presenciamos um aumento nas guerras internas e externas de países não-alinhados e outros em desenvolvimento, intervenções armadas, invasões, bloqueios, etc., por países não-alinhados, com a participação apenas indireta das potências industrialmente desenvolvi-

das e de seu apoio material, ou mesmo em ambos.

A cota dos países não-alinhados nos gastos militares mundiais, no total de soldados em exércitos permanentes, na relação de armas de grande porte, na produção de armas, e no seu comércio diminuíram significativamente. A cota de todo 3º Mundo, incluindo a China, nos custos militares mundiais aumentou cerca de 3,6%, em 1953, a cerca de 21%, em 1983. Somente em 1983 houve uma queda nas despesas militares reais dos países não-alinhados, particularmente no Oriente Médio e na América Latina. Depois de duas décadas e meia de taxas de aumento anuais consistentemente mais altas no gasto militar, os países não-alinhados perderam terreno para os países desenvolvidos em 1981-83. Como a alta taxa de crescimento nos custos militares, em muitos países não-alinhados persistiu, por mais de duas décadas, junto a uma situação de muitas necessidades sociais urgentes, de estagnação, e, mesmo, declínio do desenvolvimento econômico, de alto desemprego, analfabetismo, epidemias e fome, é compreensível que o 3º Mundo como um todo tenha se tornado uma fonte principal de instabilidade internacional.

Como não existem cálculos oficiais recentes dos gastos militares e da transferência de ar-

mas dos países não-alinhados, essas atividades podem ser medidas, com alguma aproximação, através das informações dos países desenvolvidos. Em 1981, o volume total de transferência de armas alcançou a sua alta, em "tempo de paz", de 38 bilhões de dólares, em termos do valor do dólar em 1982. A venda de armas de grande porte a países em desenvolvimento alcançou o máximo em 1982, com 32 bilhões de dólares, e começou a cair a partir de 1983 (enquanto os países desenvolvidos mantinham um crescimento positivo de 2% ao ano). O valor total de toda a transferência de armas, equipamentos, munição, serviços, etc. foi, pelo menos, duas vezes maior. Desde 1981, a maioria dos países não-alinhados fora do Oriente Médio e da América Latina diminuíram suas importações de armas. Um declínio mais acentuado foi particularmente visível no leste e sul da Ásia, e na África, enquanto que a cota do Oriente Médio na importação de armas mundiais foi mantida a um nível de 40% (43% em 1983) e acima de 50% no total para os países em desenvolvimento (55% em 1983 de acordo com a ACDA). Cinco dos nove maiores importadores de armas do mundo encontram-se no Oriente Médio (Iraque, Irã, Arábia Saudita, Síria, Egito). Desses nove países não-alinhados, quatro foram abastecidos

primariamente pela URSS. Os países em desenvolvimento também aumentaram sua cota de mercado nas exportações de armas de 2% em 1983, a quase 15%, em meados dos anos 80, refletindo sua auto-suficiência no campo das armas de menor tecnologia. De acordo com ACDA, os dois maiores exportadores individuais de armas dentre os países não-alinhados em 1983-1985, foram a Coreia do Norte e a Iugoslávia, e, entre as potências emergentes, o Brasil, todos numa faixa de 1,52 bilhões por ano (na realidade, a participação da Iugoslávia no comércio de armas parece ser bem menor, já que grande parte de seus ganhos de defesa internacionais constituiu-se de serviços e construção militares).

Assim como na venda de armas, a transferência de tecnologia e conhecimento técnico-militar mostra a persistente (embora em alguns segmentos já em declínio) dependência dos países não-alinhados em relação aos industrialmente desenvolvidos. Os maiores fornecedores têm sido a URSS, os EUA e a França, com a presença soviética no Oriente Médio, sul e sudeste da Ásia, norte da África e região abaixo do Saara, presença americana na América Latina, Oriente Médio e sudeste da Ásia, enquanto que a França se faz sentir basicamente na África e no Oriente Próximo.

Um número de países não-alinhados economicamente mais avançados investiram fortemente e desenvolveram uma considerável capacidade industrial militar. De acordo com o volume de produção de armas eles foram classificados na seguinte ordem: Índia, Brasil, Argentina, Iugoslávia; Egito, Coreia do Norte, Indonésia, Paquistão, Singapura, Irã e Nigéria. Entretanto, a maioria das armas pesadas produzidas nesses países são fabricadas sob autorização estrangeira e/ou com conhecimento tecnológico importado — na Índia vindo da Inglaterra, Alemanha Oriental, URSS e França; no Brasil vindo da Itália, França, Alemanha Oriental e Inglaterra; na Argentina vindo dos EUA, França, Alemanha Oriental; na Coreia do Norte vindo da URSS; na Iugoslávia vindo da URSS, França e Inglaterra; no Egito vindo da França, Inglaterra, Brasil e Espanha; no Paquistão vindo da Inglaterra e Suécia; em Singapura vindo da Alemanha Oriental, etc.

A produção doméstica de armas certamente reduziu a completa dependência de vários países não-alinhados em relação às grandes potências e aos outros países industrialmente mais desenvolvidos. Tal observação é verdadeira no caso de armas leves, munição e outras armas de tecnologia inferior. Entretanto, a produção dos países

subdesenvolvidos é geralmente mais vagarosa e menos eficiente do que a dos países industrializados. Esta e outras deficiências tornam-se críticas durante o período de guerras, quando mesmo os países subdesenvolvidos, com produção interna de armas, ainda se encontram na dependência de fornecedores externos (principalmente as duas superpotências), para assistência financeira e técnica.

A contribuição real positiva dos países não-alinhados aos elementos existentes de segurança internacional global tem sido muito modesta, e até mesmo inferior, quando comparada com a situação nas duas décadas anteriores. Isso pode ser visto claramente ao analisarmos a contribuição dos países não-alinhados ao sistema mantenedor da paz da ONU. No passado, os colaboradores das operações de paz da ONU foram a Índia, Indonésia, Iugoslávia, Brasil, Colômbia (UNEF I), Gana, Indonésia, Nepal, Panamá, Peru, Senegal (UNEF II) Irã, Peru (UNDOF), Irã, Nepal, Nigéria, Senegal (UNIFIL), Chile, Equador, México (UNMOGIP), Afeganistão, Argentina, Burma, Sri Lanka, Chile, Equador, Índia, Indonésia, Nepal, Peru, Tailândia (UNOGIL) e diversos países não-alinhados atuais, no Congo (UNUC). Hoje os maiores colaboradores individuais são Gana e Fiji (690 e 640 soldados, respec-

tivamente, na UNIFIL no Líbano), com o Fiji contribuindo também com 500 soldados para as forças MFO no Egito, financiadas e patrocinadas pelos EUA. Os maiores colaboradores entre os não-alinhados no passado (notadamente a Índia, Nigéria, Indonésia e Iugoslávia) retiraram o seu apoio por várias razões: as dificuldades financeiras próprias e a postura internacional frente ao problema Palestino que os tornou inaceitáveis a um dos partidos no conflito Árabe-Israelense. O lugar dos antigos participantes não-alinhados, no sistema de paz da ONU foi em parte, tomado pelas mais ricas potências neutras européias (Suécia, Áustria, Finlândia e Irlanda) e pelos países da OTAN e do Pacto de Varsóvia: França, Canadá, Polônia (alguns deles já haviam participado anteriormente e foram convidados pela ONU a aumentarem sua contribuição). As potências da OTAN criaram, ou tentaram criar, várias organizações mantenedoras da paz fora do sistema da ONU e conseguiram conquistar alguma participação não-alinhada.

Essas tendências exigem uma ação corretiva combinada dos não-alinhados. Sua participação, e peso, nos sistemas de segurança global, patrocinados ou associados da ONU, precisa ser muito maior do que o é atualmente. Seria vantajoso, por exemplo, se grupos de países

não-alinhados organizassem formações multilaterais, preparadas e treinadas com antecedência para servirem sob os auspícios da ONU ou dos não-alinhados, inesperadamente, como mantenedores da paz (semelhantemente à Brigada Nórdica Permanente).

O nível do movimento e das regiões

A grande maioria dos países não-alinhados não tem demonstrado nenhum interesse nas idéias e exigências insistentes (combinadas com várias ameaças de retirada unilateral do movimento) do Coronel Kaddafi, da Líbia, para a criação de um sistema militar de segurança coletiva entre os não-alinhados. Sendo um movimento altamente policêntrico de governos, dedicados a opor-se a políticas de bloco, essa reação esmagadora às propostas de Kaddafi é compreensíveis. Por outro lado, o movimento tem se mostrado ineficiente em atividades de defesa e segurança que seriam consistentes com sua filosofia geral e com o princípio de auto-defesa coletiva estabelecido na Carta da ONU (Art. 51).

O movimento não evitou, impediu ou mesmo censurou claramente países membros que cometeram atos de agressão e ocupação de território estrangeiro (por exemplo, Vietnã, Iraque,

Líbia). Todas as tentativas de intervir no pior conflito entre Irã e Iraque e de pôr um fim na guerra foram malsucedidas. O movimento não tomou posição em relação a vários outros casos importantes de intervenção armada feita por países não-alinhados fora de suas fronteiras (Egito, Síria, Marrocos, Mauritânia, Tanzânia, Somália, Índia, por exemplo), ou ameaças de tais intervenções (Indonésia, etc.).

Entretanto, tem havido uma série de esforços conduzidos por países não-alinhados, individualmente e em grupo, para resistir a ataques militares estrangeiros, efetivos ou temidos, recuperar territórios ocupados por forças hostis, apoiar militar e logisticamente alguns movimentos de libertação nacional, ajudar países não-alinhados sob ataque externo ou interno, apoiar um governo legítimo na repressão de uma oposição armada e de movimentos rebeldes, evitar e pôr a termo conflitos armados internos, guerras civis, etc.

A nível de grupo, as mais importantes tentativas nessas categorias ocorreram no passado, no grupo de países árabes e islâmicos em conjunto com o conflito árabe-israelense.

A guerra civil no Líbano levou a criação de forças árabes mantenedoras da paz, nas quais o papel predominante foi repre-

sentado pelas tropas sírias. Após a retirada da maioria dos outros participantes árabes, os 12.500 soldados sírios remanescentes no Líbano, desempenharam, em parte, o papel oficialmente declarado de mantenedores da paz entre facções libanesas antagônicas e, ocasionalmente, também entre as forças libanesas e palestinos armados. A despeito da designação oficial, essas tropas, na verdade, também mantinham a presença e a dominação política e militar síria numa parte do Líbano, teoricamente independente. Em algumas situações, o seu papel concreto é semelhante até mesmo aos dos ocupadores.

A coordenação do trabalho de segurança e defesa, com base num acordo, aconteceu também entre o grupo de países árabes no Golfo Pérsico (árabe). A criação *de facto* de uma organização de segurança e de defesa mútua, em volta da Arábia Saudita (Conselho de Cooperação do Golfo), foi provocada por ameaças e chantagens iranianas, por ataques terroristas, por atividades sediciosas de revolucionários islâmicos fundamentalistas apoiados pelo Irã, por ataques iranianos contra petroleiros no golfo, pela colocação de minas iranianas nas rotas marítimas, por ataques de mísseis, etc. Essa organização é apoiada indiretamente pelos EUA e auxiliada pela presença

naval militar ocidental nas águas internacionais próximas.

Houve, no passado, inúmeras tentativas de se criar alianças políticas e militares entre os países árabes, oscilando em intensidade entre integração política total e atividades de defesa altamente coordenadas, assim como esforços conjuntos de guerra (Egito e Síria na República Árabe Unida), cooperação militar e coordenação de menor intensidade (envolvendo em várias combinações a Jordânia, Líbia, Argélia, Marrocos, Iêmen do Sul, Iraque, Somália, OLP), e acordos meramente formais quanto a cooperação e assistência de defesa mútua. A real eficácia da cooperação de defesa e segurança entre países árabes extremamente desiguais, separados muitas vezes por grandes distâncias, não atingiu os objetivos das declarações ambiciosas e grandiosas, e das possibilidades contidas na Carta da Liga Árabe. O Conselho de Defesa da Liga tem estado agonizante desde a expulsão do Egito (antes disso, os generais egípcios normalmente representavam essa sociedade).

A cooperação militar árabe, parcialmente não declarada e secreta, aconteceu nos últimos sete anos dentro do contexto da guerra Irã-Iraque. Essa cooperação envolvia o Iraque, Egito, Jordânia e, em menor parte, e mais secretamente, vários ou-

tros países árabes. A extensão do auxílio árabe ao Iraque tem sido bastante significativa e inclui grande parte do financiamento da guerra, empréstimo de efetivo militar (especialmente pilotos), empréstimos e venda de armas etc. No lado oposto, a Síria e a Líbia ofereceram apoio ao Irã, especialmente na forma de armas de origem soviética, iugoslava e do leste europeu.

Desde os primeiros dias românticos da descolonização da África, houve várias tentativas de se criar um sistema Pan-Africano de segurança coletiva. Dispositivos institucionais para tal foram registrados na declaração da Organização da Unidade Africana (OUA). Entretanto, esses dispositivos quase não são usados devido, em grande parte, a divergências políticas internas. Esse tem sido o mesmo destino do Conselho de Defesa da Organização.

Um dos primeiros defensores da criação de um Alto Comando Africano foi K. Nkrumah, de Gana. Como núcleo da futura força Pan Africana, o Egito, Gana e Marrocos assinaram o triplo "Pacto de Casablanca", que estabelecia a formação de um comando militar conjunto, liderado por um general egípcio. O pacto nunca saiu do papel e desmoronou completamente em 1966, após a queda de K. Nkrumah. Durante 20 anos a Nigéria, particularmente seus líderes mi-

litares, vem defendendo ativamente a criação de uma força militar africana para ser usada, tanto na confrontação com os líderes brancos da África do Sul, como na força mantenedora da paz e segurança em outras áreas do continente. Essas idéias vêm recebendo apoio de outros países africanos, especialmente o Zimbábue. O encontro da OUA em Khartoum (1978) anunciou oficialmente que "a responsabilidade pela custódia da paz, na África, pertencente unicamente aos africanos. Nenhum país estrangeiro ou grupo de países podem intervir nessa questão". Já o encontro de 1979 manifestou a "determinação política" coletiva para a criação de tal força. Entretanto, por razões financeiras, logísticas e ainda outras, essa decisão não frutificou. Uma tentativa patrocinada pelos franceses, para criar a "Força Pan-Africana", também ocorreu em torno de 1978, porém foi torpedeada por países francófilos não-alinhados com uma visão mais independente. Na era pós-descolonização, houve apenas dois casos de integração total de defesa entre dois países: entre Tanganica e Zanzibar (chamada, desde 1964, de Tanzânia) e entre Senegal e Gâmbia (chamada Senegâmbia).

Contrário às declarações da OUA, a maioria dos acordos de segurança coletiva multilaterais e empreendimentos *ad hoc*

na África foram iniciados, ou por potências não-africanas, diretamente, ou com seus bens e/ou apoio logístico. A França tem sido o mais freqüente patrocinador dessas atividades. Essa antiga potência colonial tem mantido sua permanente presença militar no Senegal, Costa do Marfim e Gabão, onde as tropas francesas, a despeito de relativamente pequenas, impediram golpes militares e outros levantes, assim como preservaram grandes interesses econômicos e políticos franceses nessa região da África. No passado, tropas francesas foram distribuídas também por vários outros países africanos não-alinhados, incluindo-se o Congo, Chade e a República Centro-Africana (RCA). Com a ajuda francesa, tropas marroquinas foram transportadas, via aérea, à província de Shaba, no Zaire, rica em cobalto, e repeliram uma invasão externa. Os franceses também apoiaram a "Força Mantenedora da Paz" no Chade, na qual participaram tropas da Nigéria, Zaire e Senegal, oficialmente sob os auspícios da OUA. Duas intervenções militares de grande alcance por tropas cubanas foram organizadas e apoiadas logisticamente e materialmente pela URSS. Em Angola, eles ajudaram a empossar um governo marxista (1975) e a conter incursões militares sul-africanas. Na Etiópia, tropas cubanas e

conselheiros militares soviéticos desempenharam um papel-chave na derrota de tropas somali, na guerra Etiópia-Somália, em Ogaden (1978). As tropas cubanas permanecem nesses dois países desde então, embora em número reduzido na Etiópia (em 1988, existiam cerca de 28.000 soldados cubanos em Angola e 4.000 na Etiópia).

A cooperação multilateral de defesa e segurança tem acontecido entre os países africanos "de linha de frente", formando fronteira com a República Sul Africana. Ela inclui encontros regulares de altos oficiais, auxílio às tropas, troca de informações de segurança, etc. Outros países dessa frente ofereceram apoio militar a Moçambique, desde que suas forças armadas foram incapazes de sufocar um movimento armado anti-FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), mantido material e logisticamente pela República Sul Africana. Nessa difícil luta contra fortes elementos de uma guerra civil, o governo de Moçambique tem recebido o apoio do Zimbabwe (6.000-12.000 tropas), Tanzânia (650-1.000 tropas), Mauritânia (1.000 tropas), Cuba (600 consultores) e Coreia do Norte (50-100 consultores), assim como o de consultores militares soviéticos.

Sob um aspecto prático, o único caso de cooperação militar conjunta entre dois países

não-alinhados africanos, fora de suas fronteiras, e sem a participação de uma grande potência, aconteceu no Oeste do Saara. A ocupação coordenada desse território, liberado pela Espanha, antiga potência colonial, foi realizada pelo Marrocos e a Mauritânia (o último num papel claramente subordinado). Após a retirada da Mauritânia da luta contra o movimento de resistência POLISÁRIO, o território passou a ser ocupado completamente pelo Marrocos. No momento, 100.000 soldados marroquinos ainda se encontram naquele país, a despeito das resoluções da OUA e do fato de a República Democrática do Saara ter sido reconhecida por inúmeros não-alinhados e pela maioria dos países africanos.

No sudeste da Ásia, encontramos um bloco político-militar na forma da tripartite aliança entre o Vietnã, Laos e o regime de Hieng Samrin, imposto a Kampuchea (antigo Cambódia) pelas tropas vietnamitas. Embora, no passado, a ligação entre os comunistas do Vietnã, Laos e Kampuchea visasse o avanço de revoluções sociais e da libertação nacional, ela foi, mais tarde, transformada num instrumento de dominação vietnamita na região. Existem em torno de 50.000 soldados vietnamitas no Laos. Cerca de 140.000 soldados vietnamitas no Kampuchea e cerca de 40.000 do regime de

tieng Samrin, cooperam na luta contra três movimentos de resistência anti-vietnamita. Os três países da tríplice aliança recebem apoio material e logístico da URSS e, em menor grau, de seus aliados do Pacto de Varsóvia. Por outro lado, o movimento de resistência mais significativo militarmente, em Kampuchea, recebe ajuda material e logística da República da China. Parece não haver consultores militares chineses nesse país.

Desde a sua fundação em 1967, a Associação do Sudeste da Ásia (ASA) vem funcionando como uma organização de segurança menos rígida. As conexões de defesa entre seus membros incluem exercícios conjuntos, aéreos, terrestres e marítimos, intercâmbio de oficiais e de treinamento, troca de formações, padronização dos serviços de comunicação, controle e comando, fiscalização e controle conjunto, conferências entre comandantes. A maioria dessas atividades vem sendo conduzida numa base bilateral ou trilateral, dependendo das combinações entre os países membros. Os líderes da ASA afirmaram, em inúmeras ocasiões, que a organização não é uma aliança militar. A península de Singapura sugeriu, no passado, a idéia de formalização de acordos de segurança entre os países membros, enquanto que o maior deles, a In-

donésia, tem sido o mais consistente em sua recusa da militarização da ASA. De todos os membros, a Indonésia é o único país sem laços ou conexões de defesa formais com uma potência ocidental.

Finalmente, precisamos mencionar a relação entre o maior país não-alinhado, a Índia, e alguns de seus vizinhos bem menores, o Butã, Nepal e Sri Lanka. Essa relação constitui, na verdade uma rede de segurança coletiva do tipo que favorece, principalmente, as necessidades de segurança e defesa estratégica da potência dominante. Em 1987-88, cerca de 70.000 tropas indianas travavam combate armado contra separatistas Tamil, no Sri Lanka, com base num acordo bilateral entre as duas nações.

Os países não-alinhados não vêm conseguindo desenvolver uma cooperação viável no desenvolvimento e na produção de armas, munição e de equipamento militar. O projeto mais ambicioso a respeito teve início em 1975, quando o Egito, a Arábia Saudita, o Catar e os Emirados Árabes Unidos fundaram a Organização Árabe pela Industrialização (OAI). O quartel general da OAI foi aberto no Cairo e o capital inicial fixado ao equivalente de \$1.04 bilhões de dólares. Os países árabes empenharam então 2% de seu produto nacional bruto para o de-

envolvimento dessa associação, cujas indústrias deveriam ser localizadas em diversos países árabes. A OAI pretendia, basicamente, combinar as capacidades egípcias industriais e de engenharia, com as capacidades correspondentes de inúmeros outros países árabes mais desenvolvidos, e com o capital das nações ricas em petróleo, como a Arábia Saudita. Em 1979, como consequência de tensões políticas intra-árabes, logo após os acordos de Camp David, três países menores retiraram-se da OAU. A organização transformou-se desde então, num veículo para a cooperação egípcia com a Inglaterra e França, na produção de armas.

Outras propostas para avançar a cooperação econômica militar apresentadas, por exemplo, pela Iugoslávia, nos encontros entre os não-alinhados não encontram apoio suficiente dentro do movimento. Essa situação está em desacordo com as necessidades objetivas, vantagens concebíveis e possível economia na escala de desenvolvimento e produção de sistemas de armamento tecnologicamente avançados, e de alto custo. A Índia, o Egito e a Iugoslávia, por exemplo, possuem as mesmas necessidades de aquisição de jatos de combate avançados a preços moderados. No entanto, seus esforços nesse sentido são totalmente descoor-

denados. Isso reflete dificuldades reais de se realizar uma cooperação viável, além de vontade política insuficiente.

Julgando pelo número de tropas estrangeiras e de consultores militares em território dos países não-alinhados, a sua cooperação mútua de defesa é bastante inferior à cooperação militar dos países não-alinhados com países industrialmente desenvolvidos, membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia. Em meados de 1987, a presença militar soviética incluía cerca de 116.000 soldados no Afeganistão (a retirada começou em maio de 1988), 7.500 entre pessoal e consultores no Vietnã, 1.000 na Argélia, 1.500 em Angola, 100 no Congo, 800 em Cuba, 1.700 na Etiópia, 200 na Índia, 600 no Iraque, 200 em Kampuchea, 500 nos Laos, 2.000 na Líbia, 200 em Mali, 850 em Moçambique, 50 na Nicarágua, 115 no Peru, 4.000 na Síria, 1.000 no Iêmen do Sul, 900 pelo resto da África. Os Estados Unidos mantêm cerca de 2.400 no Egito, 1.300 em Diego Garcia e 9.300 no Panamá. A França conta com 1.600 soldados e consultores no CAR, 2.500 no Chade, 4.000 em Djibouti, 1.250 no Senegal, 500 na Costa do Marfim, 600 em Gabão, 1.750 no Líbano (UNIFIL). A Grã-Bretanha mantém cerca de 5.000 soldados no Chipre, cerca de 1.200 no Corpo da Paz no Oriente Próximo, 1.400 tropas

em Belize, 900 em Brunei, etc. A esses cálculos devemos acrescentar um número considerável de forças aéreas e navais de grande alcance, ocidentais e soviéticas, em áreas adjacentes à dos países não-alinhados.

Em uma outra categoria encontram-se tropas pertencentes à Austrália, Canadá, Itália, Nova Zelândia, Grécia (3.750 soldados em Chipre), Turquia (23.000 em Chipre), Dinamarca, Holanda, Polônia e outros. A presença militar de países menores do bloco ocorre mais frequentemente dentro da estrutura da ONU e das operações de paz patrocinadas pelos EUA.

Como pode ser visto, uma série de alianças político-militares regionais e sub-regionais vem acontecendo entre grupos de países não-alinhados. Entretanto, uma cooperação de segurança interregional e intercontinental, a nível de movimento dos países não-alinhados, ainda não aconteceu. Seu substituto parcial, funcional, tem sido principalmente uma cooperação de segurança bilateral entre países não-alinhados individuais. Laços bilaterais predominam mesmo quando acordos políticos de grupos encontram-se ao alcance, como no caso da ASA.

A cooperação de segurança bilateral

Um grande número de vñ-

culos e transações de segurança bilateral entre países não-alinhados individuais vem ocorrendo. É impossível catalogar a maioria deles. Mencionaremos aqui apenas as categorias principais:

a) *Empréstimos de unidades prontas para combate a governos necessitados.*

Essa forma de cooperação tem sido mais freqüente na região sub-Saara da África e no Oriente Próximo. O Egito emprestou suas tropas ao Iemen, o Irã à Omã, Guiné à Serra Leoa, Líbia à Uganda, Marrocos à Guiné Equatorial, Cuba à Angola e Etiópia, Tanzânia à Seychelles, Senegal à Gâmbia, Paquistão à Arábia Saudita, etc. Essas operações foram causadas por confrontos armados internos e guerras civis, pelo medo de golpes militares ou pela necessidade de sufocar um deles, pelo perigo de uma intervenção militar exterior, por ameaças externas, etc.

b) *Permissão ou facilitação de recrutamento de pessoal militar por países não-alinhados estrangeiros.*

O recrutamento dos Gurkhas Nepalenses no exército indiano é uma velha tradição herdada dos ingleses (que ainda dão continuidade a essa prática). A Arábia Saudita e os Emirados Árabes no Golfo têm sido importantes importadores de efetivo militar do Paquistão, to-

talizando, em meados de 1987, cerca de 30.000 homens. Estrangeiros também são recrutados pela Líbia (e em seguida distribuídos pelo Chade e Sudão, totalizando também em 1987, mais de 3.000 homens). Centenas de soldados da OLP não-palestinos foram encontrados entre prisioneiros de guerra, após a invasão israelense no Líbano em 1982.

A declaração política da reunião de cúpula em Harare, em 1986, condena o emprego de mercenários e o uso de atividades mercenárias como um crime internacional, reitera as cláusulas da convenção da ONU para impedir o recrutamento, utilização, financiamento, e treinamento de mercenários, e lembra a todos os países, principalmente do mundo ocidental, suas obrigações nesse sentido (arts. 277, 279). A relação entre essas cláusulas e a prática verdadeira de alguns países não-alinhados é, obviamente, uma questão discutível.

c) *Fornecimento de consultores militares e de pessoal de segurança.*

Os três países fundadores do movimento de não-alinhamento — Índia, Egito e Iugoslávia — eram, no passado, bastante ativos nessa categoria. Mais tarde, seu papel reduziu-se a esse respeito. Recentemente, os países mais ativos têm sido o Paquistão, Cuba (além dos já

mencionados, existem 500 consultores militares cubanos no Iemen do Sul, 500 no Congo e 500 na Nicarágua) e a Coreia do Norte (1.000 em Angola, 300 no Irã, 100 em Madagascar, 50 em Seychelles, 500 no oeste do Saara, etc.).

d) *Patrulhamento, fiscalização e exercícios militares conjuntos.*

Esses tipos de laços de defesa tornaram-se comuns entre os membros da ASA e já estiveram presentes nos casos mencionados na letra a.

e) *Venda, revenda, empréstimo ou doação de armas, munição e de equipamento militar. Cooperação na produção de armas e construção militar.*

A Coreia do Norte, Egito, Síria e Líbia são os países mais importantes nessa categoria, no lado da exportação e do fornecimento, enquanto o Iraque e o Irã são os mais importantes no lado da importação e do recebimento. A OLP, o POLISÁRIO e o SWAPO são hoje os únicos movimentos de libertação nacional que recebem armas. A cooperação bilateral na produção de armas existe entre o Egito e a Argentina, Egito e Brasil, na construção militar entre Iugoslávia e Iraque, Iugoslávia e Líbia, etc.

f) *Intercâmbio de conhecimento, fornecimento de educação militar, de treinamentos, de*

áreas de instrução assim como informação de segurança.

As forças armadas dos países não-alinhados mais avançadas tecnologicamente estão em melhor condição para fornecer tal assistência. Índia, Egito, Iugoslávia, Nigéria, Paquistão, Cuba, Coreia do Norte, assim como Brasil, entre os países em potencial, parecem estar em primeiro plano nessa categoria, embora informações sobre tais transferências sejam pouco disponíveis. Escolas e academias militares iugoslavas, por exemplo, treinaram centenas de pilotos e marujos para as forças armadas de países não-alinhados como a Líbia, Zâmbia, Etiópia e Sudão, assim como oficiais para vários movimentos de libertação nacional.

Com base nessas informações, altamente fragmentadas e discrepantes, fica difícil estimar a eficácia total da cooperação de defesa bilateral entre países não-alinhados. Em um série de casos, ela atingiu seu objetivo — sufocou um golpe, derrotou invasores, auxiliou governos com dificuldades de sobreviver e continuar uma guerra, fortaleceu o potencial de defesa de alguns países, aliviou pesados encargos, financeiros, etc. Mas esses também foram casos de fracassos de mal aplicação de dinheiro e esforços, de desvio de armas e de outras provisões para outros propósitos sem o consen-

timento do doador. Os maiores problemas parecem ser a falta de coordenação e de uma ligação com as atividades que são, muitas vezes, *ad hoc*, assistemáticas e ineficientes.

Essa visão geral indica que o comportamento e a política própria dos países não-alinhados são um resultado das tensões existentes entre a proclamada oposição aos blocos políticos-militares e algumas vantagens da segurança de grupo; entre a rejeição do hegemonismo e o uso da força nas relações internacionais, por um lado, e fortes ambições de alguns países fora de suas fronteiras; entre as vantagens e desvantagens de se contar com presença militar estrangeira em seu solo; entre o desejo de se tornar auto-suficiente em armas e os cada vez mais exorbitantes custos de se atingir tal objetivo etc. Em resumo, os países não-alinhados percorrem o difícil caminho entre os proclamados objetivos nobres do não-alinhamento e a realidade freqüentemente sórdida. Eles também têm estado hipersensíveis às acusações de tentativa de criação de um terceiro bloco militar. Como resultado, os países não-alinhados negligenciaram ou simplesmente deixaram de explorar as vantagens dos esforços em grupo e da cooperação de defesa e segurança entre eles.

Algumas propostas recen-

temente anunciadas para a formação de um comitê de defesa não-alinhado, para compilação, processamento e troca de informações de defesa por um instituto não-alinhado para cooperação de segurança e defesa, por uma demonstração permanente de armas e treinamento mútuo de conservação, por empreendimentos de produção de defesa entre os países, para cooperação em pesquisa e desenvolvimento, etc., e ainda as muitas reações cautelosas a essas propostas, refletem a atual e difícil situação.

NOTAS

1. O encontro de cúpula em Harare apelou às "grandes potências e seus blocos para que rompam o contato militar e retirem suas bases e instalações do território dos não-alinhados" (Declaração Política, art. 56), embora na maioria dos casos, as bases e instalações continuem a funcionar com o consentimento individual de países não-alinhados, e, algumas vezes, com até mais do que isso.
2. O encontro de Harare condenou o uso de armas químicas "por qualquer país e sob quaisquer circunstâncias", mas deixou de censurar o Iraque por fazer exatamente isso (Declaração Política, art. 52).

BIBLIOGRAFIA

1. *The Military Balance 1987-1988*, IISS, Londres, 1987.
2. *World Military Expenditures and Arms Transfers*. ACDA, Washington, 1985.
3. *Ruth Leger Sivard, World Military and Social Expenditures*. Leesburg, Va., 1985.
4. *The Blue Helmets - A Review of United Nations Peace-Keeping*, UN, New York, 1985.
5. (Admiral) Branko Mamula, *Small countries defense*, VIZ, Belgrado, 1988.
6. Stephanie Neuman, *Military assistance in recent wars: The predominance of the superpowers*, Washington Papers, Washington, D.C., Center for Strategic and International Studies with Praeger Publishers, 1987.
7. Anton Bebler, *Security aspects of non-alignment*, Internacional Studies, Nova Deli, Vol. 14. No. 2. 1975.
8. William Foltz, Henry Bienen, *Arms and the African*, Yale University Press, New Haven, 1985.
9. Joseph Smaldone, *Foreign Arms and African Armies: Exploring the limits of Soviet and American Influence*, IUS, Chicago, 1983.
10. Istvan Kende, *New Features of the Armed Conflicts and Armament in Developing Countries*, Development and Peace, Budapest, Vol. 4, 1983, pp. 35-52.
11. Istvan Kende, *The Arms Race and the Third World*, in P. Dunay ed. *Studies in Peace Research*, Hungarian Academy of Science, Budapest, 1986, pp. 37-56.
12. Jacques Fontanes, José Drumont - Saraiva, *Les industries d'armement comme vecteur du développement économique du Tiers Monde*, *Problemes Economiques*, Paris, no 2062, 17.2.1988, pp. 2-8.



ANTON ALEX BEBLER - Cientista político, nascido em 1937, na Iugoslávia. É bacharel em Estudos Eslovacos e mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Belgrado, além de PhD em Ciências Políticas pela Universidade de Pensilvânia. Possui cursos de extensão das universidades de Moscou, Ljubljana, Princeton e Londres e do Instituto de Estudos Políticos de Paris, entre outros. É professor efetivo de Ciências Políticas da Universidade de Ljubljana e professor visitante das universidades de Illinois e Califórnia.